

**ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENTRE MUROS E GRADES: NARRATIVAS
(AUTO)BIOGRÁFICAS E REFLEXÕES COMPARTILHADAS**

TEACHING PHYSICAL EDUCATION BETWEEN WALLS AND GRILLS: AUTOBIOGRAPHIC
NARRATIVES AND SHARED REFLECTIONS

ENSEÑAR EDUCACIÓN FÍSICA ENTRE MUROS Y REJILLAS: NARRATIVAS
AUTOBIOGRÁFICAS Y REFLEXIONES COMPARTIDAS

Karine de Almeida Müller¹
Ueliton Peres de Oliveira²
Willian Lazaretti da Conceição³

Manuscrito recebido em: 05 de fevereiro de 2020.

Aprovado em: 13 de fevereiro de 2021.

Publicado em: 13 de fevereiro de 2021.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as narrativas (auto)biográficas de uma professora e dois professores de Educação Física e suas respectivas experiências com o ensino da Educação Física e na Gestão no contexto situado da socioeducação, especificamente na medida socioeducativa de internação em três Instituições responsáveis pela execução da medida socioeducativa de internação em diferentes Estados. As narrativas (auto)biográficas enquanto método permitiu que cada docente narrasse livremente a sua trajetória a fim de identificar as dinâmicas da ação docente nesse espaço peculiar de educação formal, respeitando as especificidades de cada região. Como resultados foi possível identificar que não há uma didática específica para este contexto, ou seja, não há que se pensar num currículo diferenciado, mas sim, em formação inicial e continuada que contemplem as legislações específicas, bem como, estudos de caso e a criação de fóruns que discutam efetivamente o que é educação em direitos humanos em busca da justiça social.

Palavras-chave: Educação Física; Didática; Socioeducação.

¹ Mestra em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora nas redes municipais de Alvorada e de Gravataí. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Justiça Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2502-1265>

Contato: profkarinemuller@gmail.com

² Doutorando em Saúde Coletiva e Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Justiça Social. Membro da Comissão para Qualificação Profissional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4320-1844>

Contato: uelitonoliveira@sesp.mt.gov.br

³ Pós-doutorando e Doutor pela Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor na Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Justiça Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8143-6524>

Contato: lazaretti@ufpa.br

Abstract

This article aims to analyze the autobiographical narratives of a teacher and two Physical Education teachers and their respective experiences with the teaching of Physical Education and Management in the context of socio-education, specifically in the socio-educational measure of hospitalization in three institutions responsible for execution the socio-educational measure of hospitalization in different States. Autobiographical narratives as a method allowed each teacher to freely narrate his trajectory in order to identify the dynamics of teaching action in this peculiar space of formal education, respecting the specificities of each region. As a result, it was possible to identify that there is no specific didactics for this context, that is, it is not necessary to think about a differentiated curriculum, but rather, in initial and continuing training that contemplate specific legislation, as well as case studies and creation forums that effectively discuss human rights education in search of social justice.

Keywords: Physical education; Didactics; Socio-education.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las narrativas autobiográficas de un docente y dos docentes de Educación Física y sus respectivas experiencias con la enseñanza de la Educación Física y Gestión en el contexto de la socioeducación, específicamente en la medida socioeducativa de la privación de libertad en tres instituciones encargadas de Ejecución de la medida socioeducativa de privación de libertad en diferentes Estados. Las narrativas autobiográficas como método permitieron a cada docente narrar libremente su trayectoria para identificar la dinámica de la acción docente en este peculiar espacio de la educación formal, respetando las especificidades de cada región. Como resultado, se pudo identificar que no existe una didáctica específica para este contexto, es decir, no es necesario pensar en un currículum diferenciado, sino en una formación inicial y continua que contemple legislación específica, así como caso. estudios y foros de creación que discutan eficazmente la educación en derechos humanos en busca de la justicia social.

Palabras clave: Educación Física; Didácticas; Socioeducación.

Introdução

Esta pesquisa aborda a condição de ser docente no contexto situado da socioeducação, mais precisamente direcionando o foco para a docência em instituições responsáveis pela execução da medida socioeducativa de internação em três Estados do Brasil.

Nas últimas décadas as temáticas relacionadas aos contextos de privação de liberdade têm aguçado o interesse de áreas distintas da ciência, por apresentarem um rol de possibilidades de pesquisa. Em relação ao adolescente em conflito com a lei, a medida socioeducativa de internação configura-se como a mais gravosa, onde o adolescente permanece em total privação de liberdade, sob responsabilidade do Estado. Entretanto, de

acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), tal medida socioeducativa deve pautar-se em princípios da brevidade, relacionado ao tempo de internação, excepcionalidade, esgotando-se demais possibilidades de aplicar outra medida mais branda, e o respeito à condição peculiar de pessoa em franco desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Mesmo prevista a dimensão jurídico-sancionatória da medida socioeducativa de internação, há de prevalecer o caráter ético-pedagógico que permeie os processos de socioeducação e apresente um conjunto ordenado de ações que atendam o adolescente em sua integralidade, uma vez que essa medida deve ser cumprida em estabelecimento educacional (BRASIL, 2006). Nesta seara, do conjunto de ações pedagógicas que devem ser ofertadas nesse contexto, destaca-se a escolarização formal (CONCEIÇÃO, 2013) ao adolescente, onde se insere o ensino da Educação Física Escolar. Não obstante, tratando-se da educação não formal, os Parâmetros da Gestão Pedagógica do Sistema Socioeducativo preveem a oferta de esporte, cultura e lazer aos adolescentes, evidenciando conteúdos da Educação Física nesse espaço de privação de liberdade.

Em relação ao ensino da Educação Física em contextos de medidas socioeducativas, o estudo de revisão sistemática de Oliveira *et al.* (2020a) aponta certos entraves à prática docente nesses espaços. Em suma, os resultados sinalizam para a exacerbada atenção aos aspectos da segurança em detrimento das ações pedagógicas, relações de poder entranhadas nas Instituições, falta de formação docente para atuar nesses espaços, resistência dos adolescentes em vivenciar outras possibilidades corporais, experiências negativas vivenciadas anteriormente na Escola, limitações quanto ao espaço físico e materiais disponíveis à prática, as concepções funcional e utilitarista da Instituição em relação aos conteúdos da Educação Física e a falta de atividades externas aos adolescentes. Entretanto, o estudo também evidenciou os potenciais benefícios dessas práticas no processo de socioeducação, ofertadas aos adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa, onde a figura do professor/mediador desse processo torna-se de suma relevância (OLIVEIRA *et al.*, 2020a).

O espaço socioeducativo é cheio de idiosincrasias e, apesar de responderem aos mesmos dispositivos legais, o cotidiano das Unidades ou Centros de Internação varia

imensuravelmente entre eles, desde o trato ao adolescente até aos processos corriqueiros do dia a dia (CONCEIÇÃO, 2020a). Por essa razão, aqui são apresentadas narrativas, realizadas em espaços controversos, para elucidar a diferença, as limitações e possibilidades de práticas sociais e processos educativos no âmbito da Educação Física para adolescentes que estão privados de liberdade.

Ante o exposto, este estudo tem por objetivo analisar as narrativas autobiográficas de uma professora e dois professores e suas respectivas experiências com o ensino da Educação Física no contexto situado da socioeducação em Instituições responsáveis pela execução da medida socioeducativa de internação em diferentes Estados. Espera-se que os resultados subsidiem a elaboração de propostas formativas para profissionais que atuam nesses contextos, de modo a contribuir com o fazer docente nesse espaço de privação de liberdade.

A socioeducação: entre educar e punir

A socioeducação, termo ainda pouco discutido na área da educação física, vive cotidianamente os dilemas entre a educação e a punição. As Unidades ou Centros de Internação, responsáveis pela execução das Medidas Socioeducativas - MSE, têm características que se aproximam daquilo que Goffman (1987) define por Instituição Total, como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Ao analisar os documentos referentes às MSE, o termo socioeducação não possui significado ou conceito definido e específico até os anos de 1990, quando o ECA então surge. Com relação aos documentos normativos e regimentais que orientam o Sistema Socioeducativo, entre eles o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o ECA e o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS), a falta deste conceito fica mais evidente. Encontramos termos como “medidas socioeducativas” e “educação social” como possíveis termos para referir sobre o mesmo tema. Conforme estabelecido pelo ECA, o

cumprimento das medidas socioeducativas para adolescentes que praticaram ato infracional deve se orientar por objetivos socioeducacionais que busquem oportunizar condições para ressignificarem o ato infracional cometido e suas trajetórias de vida.

A noção de socioeducação surgiu com a implementação das medidas socioeducativas normatizadas pelo ECA, o qual contempla a organização estrutural e o funcionamento das instituições de atendimento, mas deixou uma lacuna quanto à uma compreensão de socioeducação que pudesse se materializar em intervenções consistentes e promotoras do desenvolvimento dos adolescentes.

Bisinoto (2015) afirma que no ECA, a ‘socioeducação’ aparece no texto, apenas sua forma adjetiva. De maneira geral, os marcos legais e políticos utilizam termos como “atendimento socioeducativo”, “ação socioeducativa”, “práticas de socioeducação”, “política socioeducativa” entre outros. Através do ECA o direito à educação ganhou destaque, porém o conhecimento do que prega a lei, não garante a efetivação do que nela está posto. A autora ainda afirma que como consequência dessa lacuna conceitual e teórica, identificam-se na prática cotidiana uma falta de clareza e pouca intencionalidade, teoricamente embasada na execução das medidas, dificultando o exercício da função profissional. Sobre isso, Bisinoto (2015) afirma que essa lacuna deixa margens para a manutenção de práticas discricionárias, atreladas a visões políticas pessoais e/ou corporativistas como, por exemplo, práticas de caráter meramente punitivo, empreendidas espontaneamente com base em crenças e experiências pessoais.

Segundo Costa (2011), é do lugar do adulto que muitas vezes as pessoas, em geral, analisam a adolescência. O conceito de “visibilidade perversa⁴”, trazido pela autora, permite enxergar o quanto a violação de direitos não é percebida pela sociedade, impulsionando mecanismos repressores por parte do Estado e daqueles que executam as MSE. Nessa linha vemos as seguidas discussões por parte do senso comum, e agora também em nível de política de Estado por parte do governo federal, relacionadas à redução da maioria penal. Tema este que volta sempre com força total em notícias de crimes envolvendo adolescentes, sobretudo quando são pretos, pobres e moradores da

⁴ Há uma invisibilidade quanto aos sofrimentos e violações de direitos sofridos pelos adolescentes e uma visibilidade perversa visto que é seletiva e aparece a partir do estereótipo social criado.

periferia (CONCEIÇÃO, 2020b), como se essa faixa etária fosse a causadora de todas as mazelas envolvendo violências (JIMENEZ; FRASSETO, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2020b). A desigualdade social, a privação e violação de direitos a que essa parcela da população é submetida desde sempre, raramente são motivos de comoção pública ou de movimentos que vão ao encontro da garantia dos direitos que eles/as têm. Há uma certa naturalização, por parte da sociedade, destas violências que nossos/as adolescentes sofrem desde sempre.

Método

Trata-se de um estudo exploratório, situado, de natureza descritiva, que faz uso de narrativas (auto)biográficas de dois professores e uma professora, com vínculos à socioeducação nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A opção metodológica se deu em função da possibilidade de compreender como as dinâmicas da ação docente e de gestão ocorrem nesse espaço peculiar de educação formal buscando respeitar as especificidades de cada região e como o/a professor/a corresponderam às situações complexas que transcendem a provisão institucional de saberes da formação inicial (CONCEIÇÃO; ARAUJO, 2020), haja vista que é um tema pouco ou sequer discutido em diversos cursos de formação de professores/as.

As nossas escolhas metodológicas tiveram orientação qualitativa e exploratória com narrativas (auto)biográficas situadas de aprendizagem no âmbito do processo formativo. Consideramos as narrativas (auto)formativas, pois essa foi a característica principal atribuída à elaboração das narrativas compartilhadas pelos/as participantes. Desse modo, cada narrativa consistiu em uma tentativa de reconstrução do vivido, como uma forma de reaprender sobre si mesmo(a) (RICŒUR, 1999).

A análise segue os pressupostos apreendidos em Meihy (1994), Passeggi, Souza e Vicentini (2011), Meihy e Holanda (2013) e Josso (2020) sobre a metodologia da história de vida e da narrativa (auto)biográfica. Após a leitura e releitura das narrativas por cada um dos pesquisadores/as realizamos um entrelaçamento das experiências, que de acordo com

Meihy (1994) é o que dá sentido social à história oral, neste processo buscamos experiências que nos aproximam e nos distanciam.

Narrativas (auto)biográficas de professores/as-pesquisadores/as

Aqui são apresentadas as narrativas da professora pesquisadora e dos professores pesquisadores que visam apresentar as experiências da docência entre muros e grades e como as vivências da ação docente se dá no contexto situado da socioeducação, tendo como pano de fundo diferentes instituições, cidades, Estados. O objetivo deste artigo foi aproximar as concepções freirianas para uma educação em direitos humanos. Assim, compreende-se que, ainda que os preceitos legais sejam de ordem nacional ou internacional, evidenciar a importância da educação enquanto direito

Professor pesquisador Willian Lazaretti da Conceição

Conclui a licenciatura em Educação Física em uma instituição de ensino superior privada no ano de 2007 no município de Guarulhos, a grande São Paulo e no ano seguinte participei de um processo seletivo para lecionar na escola situada em um centro de internação na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo – Fundação CASA, antiga Fundação Estadual do Bem- Estar do Menor – FEBEM no Estado de São Paulo.

Eu sequer tive concorrentes, apesar de achar estranho a situação de terem aulas livres e mais nenhum interessado prosseguia pleiteando a vaga. Fui avaliado por um projeto pedagógico a ser desenvolvido com os alunos, pelo currículo e por uma entrevista com a equipe pedagógica do Centro de Internação.

Fui aprovado e em março de 2008 eu dei início à minha trajetória como professor de Educação Física em uma instituição responsável pela execução de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. Ao chegar no Centro de Internação eu fui revistado pela equipe de segurança, com o uso do detector de metais, solicitaram o meu telefone celular para que ficasse em posse dos seguranças, pediram para verificar os pertences em minha mochila e que retirasse os meus tênis.

Eu passei a pensar se eu estava sendo apreendido ou se de fato exerceria a função de docente dos adolescentes. Após esse momento de tensão inicial, fui direcionado à sala do setor pedagógico para verificar os materiais disponíveis, bem como me direcionarem aos demais espaços utilizados pelos adolescentes para a realização das atividades, sobretudo, para as vivências práticas. Embora tenha sido direcionado aos espaços, não obtive uma formação específica para lidar com os adolescentes no contexto situado da socioeducação.

Eu não tinha experiência em escolas externas à Instituição, quiçá lecionar com adolescentes de diferentes faixões em um componente curricular que pressupõe ter contato físico nas práticas corporais. Consoante ao ingresso na Fundação Casa, comecei o curso de Especialização em Educação Física Escolar na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e aproveitei essa oportunidade para debater as questões e inquietações que emergiram da e na minha ação docente de professor iniciante.

A cada dia de aula com os adolescentes, as inquietações se multiplicavam à medida que passava a conviver mais com os adolescentes e seus familiares em decorrência de assumir outro cargo, agora de professor de Educação Física pela própria Fundação Casa. Passei então, a estar 40 horas semanais mais o tempo das aulas de Educação Física escolar e com isso, adentrar a dinâmica de uma instituição total.

Concluí a especialização e dei início ao Mestrado em Educação também na UFSCar e dei prosseguimento nos estudos que versam sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Apesar das resistências iniciais dos adolescentes em querer conhecer outros elementos da cultura corporal, consegui desenvolver atividades que transcendem o ensino do futsal.

A instituição dispõe de quadra poliesportiva coberta e com pequeno espaço atrás das traves para o “banho de sol”, mas que não atrapalhava a dinâmica da aula, muitas vezes inclusive as discussões aconteciam enquanto apanhamos sol. O único material que não durava eram os tênis que os adolescentes utilizavam, muitas vezes as atividades eram realizadas com os adolescentes descalços. Não obstante, insta evidenciar que a cultura do “rola a bola” que, eventualmente, vivenciaram nas escolas que estudaram anterior ao ingresso na Fundação CASA foram gatilho para que resistissem a outras práticas corporais

e foi após muito diálogo e resistência de minha parte em rolar a bola que conseguimos juntos avançar em outras possibilidade de se movimentar.

Na altura já tinha três anos de experiência como professor dos adolescentes e com a aprovação em concurso para a Fundação Casa, passei a ser coordenador pedagógico, logo, assumi outras responsabilidades inerentes ao cargo. Como gestor, eu era responsável pelas respectivas áreas: Escolar, Educação Profissional; Arte e cultura; Educação Física e Esportes; Programa de Assistência Religiosa e interface com as demais áreas que compõem a dinâmica de um centro de internação. Nesta função, passei a ter contato direto com as famílias dos adolescentes, conhecer as dificuldades vivenciadas, as situações de múltiplas violências que já sofreram enquanto cidadãos de direitos que foram constantemente negligenciados pelas diferentes instituições e que culminaram na internação do adolescente.

Com tal aproximação dos/as professores/as da escola, dei prosseguimento aos estudos, iniciando o doutorado em educação na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e pesquisa sobre as relações de aproximações e distanciamentos entre as histórias de vidas dos/as professores/as e dos adolescentes buscando compreender o que motivava os/as professores/as a permanecerem nesse espaço de conflito e tensão entre o educar e o punir.

Como gestor lidava com as disputas entre as equipes de segurança, psicossocial e educacional. As equipes psicossocial e educacional nesse contexto se mostram mais progressistas e buscam compreender mais as histórias dos adolescentes para buscar encaminhamentos que possam contribuir com a construção de novos projetos de vida, enquanto que em muitos casos a equipe da segurança rema na direção oposta e luta incessantemente para que os adolescentes sintam o cunho punitivo da medida socioeducativa, em alguns momentos valendo-se de um poder que a eles não lhe foram atribuídos e exploram e violentam os adolescentes de diferentes formas, como na execução de tarefas que são dos profissionais sob a ameaça de retirar o direito de ter visitas ou de não colaborar positivamente na construção do relatório que é encaminhado ao poder judiciário.

Professora Pesquisadora Karine de Almeida Müller

Minha aproximação com a vida escolar, de periferia e marginalizada pela falta de políticas públicas, acontece desde a minha primeira formação, no Magistério. Formei-me em Licenciatura Plena em Educação Física, em uma Faculdade privada de Porto Alegre, fiz especialização em Educação Física Escolar e Mestrado em Ciências do Movimento Humano. Durante toda minha trajetória profissional, fiz diversos estágios na área escolar e do esporte e Lazer, vivenciando muitas realidades, todas na periferia da capital e região metropolitana.

Na época, entre a década de 90 e os anos 2000, vivíamos uma realidade muito diferente da vivida hoje, onde apesar de as praças e as escolas por onde passei estarem localizadas em territórios mais marginalizados e esquecidos, os governos avançavam com as políticas públicas propositivas e potentes, equipando e humanizando os espaços públicos ao passo que tiravam essas comunidades da invisibilidade, dando vez e voz a elas, através de programas como o Orçamento Participativo, Constituinte Escolar e Esporte nas Praças, entre muitos outros.

Já durante minha docência como professora concursada na periferia da cidade de Alvorada/RS (cidade que possui o menor PIB do Estado), e onde estou até hoje, convivi com realidades muito duras, onde falta tudo. Espaços de lazer e esporte precários e quase inexistentes, escolas em boas condições estruturais, mas professores muito desvalorizados, cansados e sobrecarregados. Conheci e convivi com muitas famílias e alunos que fomos perdendo para o mundo do crime.

O mundo da socioeducação esteve sempre presente na minha prática profissional, mas ficou mais próxima quando trabalhei cedida para a Secretaria de assistência Social do município, em um Projeto de esporte e Lazer com adolescentes que cumpriam medida de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. Em 2014, pude estar na Direção de um Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE, localizado na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul - FASE, onde cumpria-se a Medida de Internação e a Internação Provisória. Na direção, adquiri experiência administrativa e criei vínculos importantes que depois facilitaram a pesquisa que realizei no mestrado.

Como assistente de direção deste CASE, encontrei por mais de uma vez ex-alunos, agora na condição de autores de algum tipo de ato infracional, da escola que trabalhava em Alvorada. Atos infracionais muitas vezes ligados ao tráfico e ao roubo. Precisei me reinventar, e já no encontro com o primeiro ex-aluno, agora interno, minha reflexão foi de que todo o sistema de proteção era falho, e que ali era a materialização dessa falência.

Para uma professora como eu, com mais de duas décadas de vida profissional, acostumada com as durezas e dificuldades, com as violências e a falta do básico no dia a dia das escolas e das comunidades, tive a impressão de que pouco ainda poderia me impressionar vindo desse mundo tão cruel, marginalizado e invisível para a sociedade como um todo. E veio a vida, a socioeducação e a privação de liberdade para me mostrar que não temos certezas de nada e de que sempre haverá desafios a serem vencidos. Estar na condição de assistente de direção e encontrar esses ex-alunos, agora atrás de muros e grades, privados de suas liberdades, longe de suas famílias, foi impactante e desafiador, precisei compreender e entrar de cabeça naquele mundo literalmente fechado e cercado de mitos e de histórias contadas pelo senso comum.

Após o término deste período à frente da direção de uma Unidade Socioeducativa, voltei à vida acadêmica, agora como pesquisadora na área da Educação Física Escolar, com temática da Socioeducação. Unir minha experiência pessoal e profissional e entrar no mundo acadêmico da pesquisa com a temática da socioeducação foi um sonho realizado. Entrei formalmente no mestrado em 2017, onde pude pesquisar no mesmo CASE onde fui assistente de direção. Realizei uma etnografia crítica, com uma pesquisa de campo que durou um ano (entre o primeiro contato com a Instituição e o término do trabalho de campo). A pesquisa procurava compreender como a Educação Física escolar (temos também, na cultura socioeducativa, a Educação Física não escolar) estava posicionada no interior daquela cultura socioeducativa.

Estar como pesquisadora, em um espaço onde já havia sido dirigente, foi desafiador e muito importante na minha trajetória de vida. Os vínculos estabelecidos naquele período de direção foram fundamentais para que o acesso aos espaços e o contato com as pessoas fosse mais tranquilo e com menor resistência.

A pesquisa ocorreu nas escolas que atendem exclusivamente os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, localizadas no interior das Unidades. As escolas, mesmo localizadas no interior da FASE, são instituições independentes da Fundação, mas não são elas, ou sequer a Secretaria de Educação do Estado, que aprovam ou não que pesquisas ocorram no interior delas. A FASE é quem assume essa função. A aproximação com as escolas e com os CASE, no decorrer da pesquisa, foi muito rica, recheada de histórias e experiências interessantes. Histórias de vida de funcionários e funcionárias, adolescentes, professores e professoras. Agora eu não era mais direção, nem professora, mas pesquisadora que participava, quatro turnos por semana, daquela cultura.

Conforme os meses iam passando, os vínculos se fortalecendo, as conversas eram mais soltas, e para muitos eu já era “um deles”. Gestos e símbolos como convites para apitar jogos, jogar junto, tomar café na sala dos agentes e não precisar identificação ao entrar nas Unidades e nas escolas, demonstravam isso. Aprendi a respeitar ainda mais aquelas pessoas, dos adolescentes ao segurança da empresa terceirizada que vigiava o portão de acesso.

Instituições que executam medidas de privação de liberdade, sejam elas para adultos ou adolescentes, parecem deixar as pessoas mais “endurecidas” e racionais, naturalizando o encarceramento de adolescentes. Recentemente soube da morte, por COVID-19, de um Agente Socioeducativo que muito contribuiu para minha pesquisa. Esse funcionário demonstrava, na lida diária, que ainda enxergava cada um destes adolescentes como possibilidades de serem no mundo e não determinados ao crime e ao abandono. É por ele e por todos e todas que acreditam na socioeducação como possibilidade de um tempo com dias melhores, que encerro essa breve narrativa. Fica aqui meu carinho e admiração pelo ser humano que foi, na lida diária de seu trabalho!

Professor pesquisador Ueliton Peres de Oliveira

Minha trajetória profissional iniciou em 2007 no interior do Estado de Goiás. Logo após a conclusão da graduação, a qual cursei entre os anos de 2003 e 2006, ingressei como professor da educação básica na Secretaria de Educação do Estado de Goiás, ministrando

aulas de Educação Física no ensino fundamental, médio e EJA. No mesmo ano fui convidado para assumir a Coordenação de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Minaçu, um desafio aos 22 anos de idade que não hesitei em aceitar, mesmo recém formado. Dentre as principais atividades laborais desenvolvidas, destaco a formação continuada que ministramos para profissionais atuarem com a Educação Física no ensino infantil, projetos esportivos nas escolas, e a reorganização da Matriz Curricular das Escolas Municipais, garantindo aulas específicas de Educação Física que anteriormente aconteciam de forma esporádicas e por profissionais que não eram da área.

A partir de 2008, também assumi a Coordenação de Núcleo do Programa Segundo Tempo no Município de Minaçu, onde atendíamos 200 crianças em situação de vulnerabilidade social e supervisionávamos três monitores estagiários. Todas essas atividades desenvolvidas no Município de Minaçu ocorreram concomitantemente, o que proporcionou um crescimento profissional significativo. Entre os anos de 2009 e 2010 cursei especialização em Educação Física Escolar, onde, no Trabalho de Conclusão de Curso abordei os aspectos pedagógicos do esporte educacional para população jovem em contextos de vulnerabilidade social.

“Meu sonho era ser professor de Educação Física, para viver brincando.”
(Agente de Segurança Socioeducativo, 2010).

A presente frase exarada por um Agente de Segurança Socioeducativo marca meu primeiro dia de trabalho no contexto da privação de liberdade. A trajetória como Educador Físico efetivo do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso inicia-se no ano de 2010, em um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) do interior do Estado, o qual atende adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. À época, compunha a Equipe Multiprofissional de Referência do adolescente, composta por Analistas de diferentes perfis (Psicólogo, Assistentes Sociais, Advogado, Educador Físico dentre outros).

É sabido que na medida socioeducativa de internação, caracterizada pela total privação da liberdade, ainda impera a velha ‘cultura de cadeia’, permeada pelo controle institucional dos corpos aprisionados, relações de poder e o depauperado conceito de

segurança em detrimento das ações pedagógicas, que por vezes presenciemos no referido CASE. O grande questionamento que fazíamos naquele momento era se as ações pedagógicas, dentre as quais, os conteúdos de Educação Física, estariam renegadas ao caráter funcional e utilitarista nas concepções da Instituição. De fato, manter os adolescentes ocupados em atividades prazerosas e até mesmo retirá-las daqueles ‘ditos’ indisciplinados como forma de moeda de troca, eram situações evidenciadas no referido contexto. No entanto, em um primeiro momento, o simples fato de constatar que o CASE reconhecia tais atividades como ações prazerosas disponibilizadas aos adolescentes, nos motivava a planejar estratégias para ressignificar as concepções depauperadas sobre o ensino da Educação Física no cumprimento da medida socioeducativa.

O processo de conscientização na Instituição foi longo e moroso, inclusive com os adolescentes, eis que, houve a necessidade de considerarmos o conhecimento histórico-cultural adquirido por esses sujeitos ao longo de suas trajetórias. As dificuldades estendiam-se também para as questões contextuais (falta de espaço físico, materiais adequados, segurança, higiene e até mesmo a indisponibilidade de horários no CASE para efetivar as ações). Foram inúmeras as vezes que nos víamos sentados no chão frente aos quartos/celas para jogar xadrez com os adolescentes, ensinar algumas notas musicais de violão, compor músicas e, surpreendentemente, até mesmo para colher as informações que serviriam de diagnóstico na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Ao menor sinal de ‘tensão’ no CASE, suspendiam as aulas de Educação Física, pois a ‘tranca’ (ficar trancado no quarto/cela) era a melhor opção. Paradoxalmente, essas mesmas atividades que eram interrompidas tinham o grande poder de amenizar as tensões corriqueiras do cárcere. Se o esporte foi capaz de cessar guerras pelo mundo, como já se viu anteriormente, no Sistema Socioeducativo presenciemos a interrupção de conflitos entre adolescentes rivais, pelo ‘simples’ fato de poderem participar de torneios esportivos, inclusive jogando juntos na mesma equipe.

Parcerias externas (Clubes, Universidades) foram firmadas para proporcionar as atividades esportivas e de lazer que a Instituição não dispunha de condições físicas. No entanto, observava que ter somente um espaço adequado para a prática não significava que conseguiríamos atingir os objetivos pedagógicos propostos na ação, haja vista que os

adolescentes permaneciam vigiados o tempo todo, inclusive eram encaminhados algemados e escoltados para essas atividades externas, dificultando ainda mais o ‘fazer’ docente nesse contexto. Contudo, esses percalços foram uma oportunidade de aprendizagem profissional para junto com demais colaboradores da Instituição alinharmos as ações. Pude observar através das ações pedagógicas o desenvolvimento de atitudes positivas por parte dos adolescentes, e realmente utilizar a Educação Física como via privilegiada ao processo de socioeducação.

A partir da efetivação das atividades no referido CASE, através de diagnóstico situacional do adolescente, sistematização, aplicação e avaliação das metas inseridas no PIA, observamos outra problemática que impactava diretamente em nossas ações, que era a ‘falta de acesso aos conteúdos da Educação Física por parte dos adolescentes em conflito com a lei, antes mesmo de adentrarem a medida socioeducativa de internação’. Em setembro de 2016 fui convidado a integrar a equipe da então Superintendência do Sistema Socioeducativo em Cuiabá, desafio que também não hesitei em aceitar. Trabalhando junto à gestão do Sistema Socioeducativo em âmbito estadual, acompanhava toda parte pedagógica que envolvia o Sistema, seja em articulações com a Escola, seja em acompanhar os projetos de pesquisa e extensão nos Centros de Atendimento Socioeducativo do Estado. Desta forma, senti que precisava contribuir com o Sistema, com a sociedade e com a comunidade acadêmica, a partir de pesquisas com esse público de adolescentes o qual lidava diariamente.

Frente às experiências vivenciadas no Sistema Socioeducativo de Mato Grosso, avançamos no propósito de contribuir com a Instituição enquanto pesquisador. Assim, em 2018 ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso, onde a Dissertação intitulada ‘Medida socioeducativa de internação e suas interfaces com o esporte e lazer’ foi defendida no ano de 2020. Os principais resultados da pesquisa apontam que a falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em conflito com a lei configura-se como um possível fator de risco ao cometimento de ato infracional. Diante dos resultados da pesquisa, atualmente temos proposto intervenções junto às Instituições que compõem a Rede de Proteção Integral ao adolescente, com objetivo de articular políticas intersetoriais de

esporte e lazer que configurem-se como fator de proteção ao cometimento de ato infracional. Em dezembro de 2020 fui aprovado para o Doutorado em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso onde pretendemos ampliar a pesquisa realizada no mestrado.

Por fim, as experiências no contexto da privação da liberdade transcendem os aspectos profissionais e de pesquisador, pois, ali, aprendi a ser mais humano, entender os diversos fatores que interferem nos modos de vida daqueles sujeitos, as desigualdades sociais latentes na sociedade, e, até mesmo presenciar adolescentes que preferiram continuar em cumprimento de medida socioeducativa do que voltar à comunidade, ante inúmeras adversidades que voltariam a enfrentar. O Sistema Socioeducativo tornou-se um projeto de vida, conseqüentemente, meu campo de investigação. Durante todos esses anos, com o trato diário junto aos adolescentes, observei que o ensino da Educação Física torna-se relevante no processo de socioeducação e para o bem estar social desse coletivo, vivenciando inúmeras práticas exitosas naquele contexto.

Discussão e análise dos resultados

A trajetória da formação profissional para o exercício da docência para Karine, tem início com o curso de Magistério e, posteriormente, com a graduação em Educação Física em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, enquanto para Ueliton e Willian tal início ocorreu com o ingresso no curso de Educação Física, respectivamente em Quirinópolis no Estado de Goiás e Guarulhos no Estado de São Paulo. A formação inicial despertou na professora e nos professores o desejo de prosseguir com os estudos, sobretudo voltados ao espaço escolar, o que culminou na realização da especialização em Educação Física escolar.

O movimento de cursar especialização aproximou a professora e os professores ao universo da pesquisa e corroborou para a constituição do ser professor/a pesquisador/a no sentido proposto por Zeichner (1998). Insta evidenciar que nenhum dos envolvidos neste estudo teve no decorrer da formação inicial discussões que pudessem viabilizar a ação pedagógico no contexto situado da socioeducação, ou seja, as disciplinas ofertadas nos

cursos de formação de professores/as por mais que tivessem discutido temas inerentes ao ECA, não associava efetivamente ao contexto socioeducativo, tampouco mencionaram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo o que evidencia a fragilidade no trato pedagógico na formação inicial e potencializa os estigmas (GOFFMAN, 2012) que são gerados pelas diferentes mídias sensacionalistas de que esse contexto é apenas e exclusivamente um antro de pessoas ruins e que devem ser expurgadas da sociedade.

O início na docência foi para os dois professores um duplo início, considerando que ambos estavam em início de carreira e, portanto, professores inexperientes. Por outro lado, a professora Karine teve oportunidades em sua trajetória profissional de desenvolver ações pedagógicas em lugares de vulnerabilidade social acentuada e quando chegou ao espaço da medida socioeducativa de internação já tinha mais experiência com adolescentes em situação de risco, mas surpreendeu-se com as especificidades do atendimento socioeducativo de internação.

A ausência de discussões sobre o contexto situado da socioeducação na formação inicial e continuada de docentes que atuam nesses espaços de privação de liberdade, transcendem as experiências vivenciadas pelos/as professores/as Karine, Ueliton e Willian. Estudos têm apontado que a ausência dessas formações se configura como entraves à prática pedagógica nesses espaços, onde as vivências do dia a dia acabam por moldar a organização/planejamento do processo didático dos/as docentes (SOUZA; ONOFRE, 2019; NASCIMENTO; ABREU, 2020; VICTORINO; AZEVEDO, 2020). Nesta esteira, Andrade (1997) assevera que a Educação Física se tornou adaptável aos modus operandi das instituições de privação de liberdade, o que pode ocasionar o desestímulo dos/as professores/as em trabalharem nesses contextos.

Entretanto, a partir das narrativas dos/as professores, é possível evidenciar que o sentimento compartilhado de reflexão sobre a condição de ser humano se reconfigurou à medida que passaram a trabalhar nestes espaços, tornando-se um aspecto latente nessas trajetórias. Nesse sentido, Freire (2015) afirmava que diante das realidades opressoras que desumanizam homens e mulheres, o que devemos fazer enquanto humanistas que acreditamos ser, é lutar de forma esperançosa e autocrítica pela transformação da sociedade e da cultura de opressão. Nos percebendo, à luz de Paulo Freire, como seres

inacabados, viemos nos fazendo na história e podemos sempre nos reinventar segundo a busca por mais humanidade. Esse processo de autocrítica motivou o professor-pesquisador Willian a revisitar as suas experiências e analisar o quanto o período de trabalho na medida de internação impactou e como ele impactou na trajetória dos adolescentes.

Entretanto, tinha consciência do meu lugar de fala (SPIVAK, 2010) em uma sociedade organizada nos princípios da branquitude, masculinidade e heterossexualidade, eu representava o homem, branco, professor, logo, essa minha condição humana me garantia (ainda me garante) alguns privilégios em detrimento ao lugar de fala dos jovens, negros privados do direito de ir e vir, ainda que eu evidenciasse minha condição ser gay. (CONCEIÇÃO, 2020b, p.105)

Acreditamos que a condição de reconhecer as diferenças, de ter o respeito como premissa para as relações interpessoais e o profissionalismo, fez com que fôssemos convidados/a a exercer funções de liderança nos respectivos Sistemas Socioeducativos e aceitarmos novos desafios, estes ligados às especificidades do atendimento socioeducativo na internação e na internação provisória.

Como exposto nas narrativas, o cotidiano de uma Unidade/Centro de Internação possui o trânsito de profissionais de diferentes áreas e a trajetória do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa depende dessa equipe que é chamada de multiprofissional. O imbróglio se dá na relação entre o fazer pedagógico e a manutenção da depauperada concepção de segurança presentes nesses contextos, onde o/a gestor/a necessita lidar com estas disputas de poder para conseguir realizar um trabalho que seja predominantemente educativo.

Oportuno pontuar que não se trata de negar os aspectos de segurança nos programas que executam as medidas socioeducativas, uma vez que está prevista como eixo estratégico nos Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2006). Desta forma, faz-se necessário enfatizar que a dimensão de ‘segurança’ apontada pelo SINASE (BRASIL, 2006) é no sentido de garantir que o atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa possa transcorrer de forma segura, inclusive as atividades pedagógicas, resguardando o adolescente e os profissionais que ali laboram. Entretanto, na contramão do que dispõe o referido dispositivo jurídico, os

discursos e ações de uma grande parcela daqueles que passam a maior parte do tempo com os adolescentes, ou seja, os agentes socioeducativos e/ou agentes de segurança socioeducativo, perpetuam as relações de poder hostis e a falta de respeito mútuo entranhados nessas instituições, de forma a alienar os corpos dos sujeitos privados de sua liberdade (REIS; MOREIRA, 2020; SILVA *et al.*, 2020).

Não obstante aos desafios peculiares do contexto socioeducativo, também nos deparamos com as resistências dos/as adolescentes na realização de atividades mais diversificadas, que transcendem a prática de esportes coletivos considerados como tradicionais recorrentes nas escolas anteriores ao ingresso na unidade/centro (OLIVEIRA *et al.* 2020c). Uma das possibilidades encontradas pelo professor Willian foi a realização do planejamento participativo (CONCEIÇÃO, 2017b), o qual torna-se uma ação comunicativa entre professor e aluno capaz de romper paradigmas em direção a experimentação de novas possibilidades da cultura corporal no contexto da privação de liberdade (NASCIMENTO; ABREU, 2020; VICTORINO; AZEVEDO, 2020).

Se no decorrer da formação inicial e continuada não tivemos fóruns que debatessem o contexto da socioeducação, quiçá sobre como ser gestor/a nesses espaços. Assumir o compromisso de gerir uma instituição executora de medidas socioeducativas exige que o respeito no sentido que nos propõe Sennett (2004) seja norma de conduta, pois lidam com um universo de *stakeholders*⁵, a saber, funcionários concursados que por vezes estão desmotivados com o trabalho, com os gestores anteriores, com os/as adolescentes seus direitos e deveres, com as famílias e/ou órgãos responsáveis pela tutela deles/as, haja vista que muitos/as estavam em situação de rua ou acolhidos/as por abrigos, prestação de contas ao poder judiciário das ações desenvolvidas pelas equipes e todas as possíveis implicações inerentes às relações interpessoais.

Voltando ao respeito como premissa, por qual/is razão/ões não tratamos as pessoas de modo empático e respeitando as diferenças?

A falta de respeito, embora seja menos agressiva que o insulto direto, pode assumir uma forma igualmente ofensiva.

⁵ *Stakeholder* é um termo da língua inglesa que tem como significado "grupos de interesse". Fazem parte desses grupos pessoas que possuem algum tipo de interesse nos processos e resultados da empresa.

Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas desta forma, julgando apenas alguns poucos dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas de escassez, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta? (SENNETT, 2004, p.18)

Ora, o simples fato de se solidarizar com o falecimento de um funcionário, que apesar de não ser amigo, foi companheiro no ambiente de pesquisa durante um tempo, é uma ação que deveria ser de praxe, mas não é. Trata-se, pois, de uma característica das pessoas que são humanizadas e buscam humanizar-se em comunhão, portanto, uns-com-os-outros. Essa constituição do ser-humano muito se dá por meio da relação professor/a-aluno/a quando o/a docente tem consciência de ser inacabado e supera a visão de que é transmissor de conhecimento, da verdade absoluta e que o/a jovem, sobretudo, o que está na condição de infrator/a sabe e é menos do que qualquer outra pessoa que coabita aquele espaço.

Os processos educativos decorrentes das práticas sociais realizadas nesse contexto, também favoreceu a acolhida no mo(vi)mento da pesquisa. É sabido que adentrar aos espaços de controle e restrição de liberdade não se constitui uma tarefa simples, há burocracia entre o que pode ou não ser dito por alguém que não faz parte do cotidiano, sobretudo quando o espaço em questão está sob a gestão de profissionais mais ligados à segurança. As pesquisas realizadas pela autora (MULLER, 2019) e pelos autores (CONCEIÇÃO, 2017a; OLIVEIRA, 2020) evidenciam que ser pesquisador/a nesse espaço é, também, ser militante dos direitos humanos.

Considerações

Ao refletirmos o que foi e o que tem sido a nossa trajetória no trabalho e nos estudos com os/as adolescentes que estão em conflito com a lei, chegamos à conclusão que não há que se ter uma didática do cárcere ou que deva se pensar métodos de ensino específicos para esses contextos, muito pelo contrário, o caminho para uma educação nesses espaços é a Humanização, o Engajamento e a Esperança. Três palavras, três

categorias, que estão impregnadas no legado de Paulo Freire e que aparecem de maneira potente em nossas práticas pedagógicas, pesquisas acadêmicas e presentes aqui em nossas narrativas.

A práxis, muito presente em nossas vidas, vai ao encontro do que Oliveira (2018) diz sobre o princípio da união entre teoria e a prática como sendo um referencial fundamental nessa formação

é preciso que o /a professor /a considere a forma integrada e holística de viver o que está ao seu redor, dando significado ao que se ensina e fazendo significar o que se aprende para isso, é necessário que o professor reconheça a realidade de uma forma complexa, integrada e assim propicie que seu aluno também perceba o complexo, o sistêmico e busque compreender como tudo está integrado. (p.136)

A autora, remetendo a Paulo Freire nos diz que “não há docência sem discência”, fazendo importante referência sobre a prática educativo - crítica, na qual o educador se reconhece como sujeito na relação da formação, ao mesmo tempo que é formado, influencia ativamente o processo formativo, sendo uma via de mão dupla e de dimensões que tocam a integralidade do ser.

Aprendemos uns com os outros, fazemo-nos na relação com o outro, mediatizados pelo mundo (GADOTTI, 2003). Portanto, nessa lógica, defender a humanização na privação de liberdade de adolescentes, permite que todos e todas, envolvidas no cotidiano da socioeducação, sejam afetados e afetadas de forma positiva e construtiva, na esperança de sermos sempre mais humanos do que já somos.

Freire (1983) nos diz que o compromisso só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam molhados, “ensopados”. Só assim o compromisso é verdadeiro. E nosso engajamento vem do nosso compromisso enquanto docentes e pesquisadores na e da socioeducação. Compromisso com teorias e práticas sempre críticas e posicionadas, que consideram as questões sociais mais amplas da sociedade, tanto em nossas vidas acadêmicas quanto laborais.

Assim como Freire, entendemos, acreditamos e insistimos que não existe uma educação, mas educações, formas diferentes dos seres humanos partirem do que são para o que querem ser. Freire faz a distinção entre “educação bancária” e “educação

libertadora”. A educação bancária torna as pessoas menos humanas, alienadas, dominadas e oprimidas. A educação libertadora torna as pessoas mais conscientes, mais livres e mais humanas. Esperançamos que educadores/as tenham como premissa o comprometimento com a educação para a justiça social, que reconheça e valorize as diferenças e lute por espaços de transformação em busca de equidade.

Referências

ANDRADE, M. P. **Educação física na fundação estadual do bem-estar do menor – FEBEM/SP: uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo o os discursos dos professores.** 1997. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BISINOTO, C. *et al.* Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial de Direitos Humanos.** Brasília: CONANDA, 2006.

CONCEIÇÃO, W. L. da. Escola e privação de liberdade: um diálogo em construção. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 02, n.9, 2013, p.72 – 88.

CONCEIÇÃO, W. L. da. **Histórias de vidas que se unem: a professora, o professor e os [elos com os] jovens infratores.** 136f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas, 2017a.

CONCEIÇÃO, W. L. da. Physical education between walls and bars: teaching adolescents in conflict of the law in São Paulo / Brazil. **Questio - Revista de Estudos em Educação**, v. 22, n. 3, p. 757-773, 23 dez. 2020a.

CONCEIÇÃO, W. L. da. A ação pedagógica com jovens infratores: uma narrativa (auto)biográfica de um professor-pesquisador de educação física. **Revista de Educação Física, Saúde e Esporte REFISE**, v. 3, p. 99-115, 2020b.

CONCEIÇÃO, W. L. da; ARAUJO, A. C.; Tornar-se professor(a) de educação física: elementos que transcendem a provisão institucional de saberes. **Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (Refise)**, v. 3, p. 57-68, 2020.

CONCEIÇÃO, W. L. Planejar a educação física entre grades e muros: uma experiência dialógica com jovens em conflitos com a lei. In: VENÂNCIO, Luciana et al. **Educação física no ensino fundamental II: saberes e experiências educativas de professores(as)-pesquisadores(as)**. Curitiba: CRV, 2017b, p. 207-218.

COSTA, A. P. M. **Os Adolescentes e seus Direitos Fundamentais**: da invisibilidade à indiferença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

JIMENEZ, L.; FRASSETO, F. A. Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. **Psicologia e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 404-414, 2015.

JOSSO, M. C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 5, n. 13, p. 40-54, 28 jun. 2020.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. **Cadernos (Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos)**, v. 5, 1994.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MÜLLER, K. DE A. **“O meu pouco é muito aqui”**: a educação física escolar na socioeducação. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Porto Alegre RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

NASCIMENTO, D.; ABREU, E. L. O que pode o ensino da educação física escolar em um centro socioeducativo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei? **Interfaces da Educação**, v.11, n.31, p. 21-42, 2020.

OLIVEIRA, G. F. de. Educar numa perspectiva complexa e transdisciplinar: reflexões para uma docência sensível. **Cenas Educacionais**, v. 1, n. 2, p. 132-145, 2018.

OLIVEIRA, U. P. de. **Medida socioeducativa de internação e suas interfaces com o esporte e lazer**. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Cuiabá-MT, Universidade Federal do Mato Grosso, 2020.

OLIVEIRA, U. P. de; CONCEIÇÃO, W. L.; OLIVERA, R. A. C.; GRUNNENVALDT, J. T.; REVERDITO, R. S. O Esporte e o Lazer em Contextos de Medidas Socioeducativas no Brasil: Panorama e Análise da Produção Científica. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 249-277, 2020a.

OLIVEIRA, U. P. de; CONCEIÇÃO, W. L.; OLIVERA, R. A. C.; GRUNNENVALDT, J. T.; REVERDITO, R. S. Adolescentes e conduta infracional: espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 26, p. e26079, dez. 2020b.

OLIVEIRA, U. P. de; CONCEIÇÃO, W. L.; OLIVERA, R. A. C.; GRUNNENVALDT, J. T.; REVERDITO, R. S. Esporte e lazer no plano individual de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. e26054, jul. 2020c.

PASSEGGI, M. da C.; SOUZA, E. C. de; VICENTINI, P. P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, Apr. 2011.

REIS, L. A. dos; MOREIRA, W. W. Rev. Corpo privado da liberdade e o esporte: perspectivas educacionais. **Diálogo Educacional**, v. 20, n. 67, p. 2027-2052, out./dez. 2020.

RICCEUR, P. **Historia y narratividad**. Barcelona: Paidós, 1999.

SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, R. F. da; COSCIONI, V.; ROSA, E. M.; KOLLER, S. H. O convívio de adolescentes em medida socioeducativa com os agentes socioeducativos. **Revista da SPAGESP**, v. 21, n.1, p.77-91, 2020.

SOUZA, C. M.; ONOFRE, E. M. C. Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação. **Reflexão e Ação**, v. 27, n. 2, p. 166-181, mai./ago. 2019.

VICTORINO, E. M.; AZEVEDO, M. T. O. Corpos encarcerados: socioeducação numa experiência com a dança em Cuiabá. **Urdimento**, v.3, n.39, p.1-16, nov./dez. 2020.

ZEICHNER, K. M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, C. M.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. (orgs.) **Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas, Mercado de Letras? ABL, 1998. p. 207-236.